



**ACÓRDÃO Nº195/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº12345/2020.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto da Mulher Dona Lindu.
- 4- **Exercício:** 2019.
- 5- **Responsáveis:** Marilsa Mathias Ferreira (Ordenadora de Despesa) e José Mauro de Souza Miralha (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 210/2022-DMP, Dr. Ademir Carvalho Pinheiro, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Auditor Alípio Reis Firmo Filho.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto da Mulher Dona Lindu. Exercício de 2019.

*Irregularidade. Multa. Determinação. Ciência.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos da proposta de voto do Excelentíssimo Senhor Auditor-Relator, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar irregular** a Prestação de Contas da **Sra. Marilsa Mathias Ferreira**, referente ao exercício de 2019, no período de 15/01/2019 a 28/11/2019, com fundamento no art. 1.º, II, IX c/c o art. 22, III, b, da Lei Estadual 2.423/96, aplicando-se multas aos responsáveis nos termos do artigo 54, VI, da Lei Orgânica c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;
- 10.2. **Julgar irregular** a Prestação de Contas do **Sr. José Mauro de Souza Miralha**, referente ao exercício de 2019, no período de 28/11/2019 a 31/12/2019, com fundamento no art. 1.º, II, IX c/c o art. 22, III, b, da Lei Estadual 2.423/96, aplicando-se multas aos responsáveis nos termos do artigo 54, VI, da Lei Orgânica c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM;
- 10.3. **Aplicar multa** à **Sra. Marilsa Mathias Ferreira**, no valor de **R\$20.000,00** (vinte mil reais) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que a responsável recolha o valor da multa, nos termos do artigo 54, VI, da Lei Orgânica c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, por



**ACÓRDÃO Nº195/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

grave infração a norma legal, pelas impropriedades apontadas nas restrições de nº 01, 04 e 05 e que foram consideradas não sanadas, referenciadas na Proposta de Voto, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

- 10.4. Aplicar multa ao Sr. Jose Mauro de Souza Miralha no valor de R\$15.000,00** (quinze mil reais) e fixar **prazo de 30 (trinta) dias** para que o responsável recolha o valor da MULTA, nos termos do artigo 54, VI, da Lei Orgânica c/c art. 308, VI, da Resolução nº 04/2002-RITCE/AM, por grave infração a norma legal, pelas impropriedades apontadas nas restrições de nº 03 e 04 e que foram consideradas não sanadas, referenciadas na Proposta de Voto, na esfera Estadual para o órgão Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE, através de DAR avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código “5508 – Multas aplicadas pelo TCE/AM – Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo – FAECE”. Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (autenticado pelo Banco) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo (art. 73 da Lei Orgânica do TCE/AM), ficando o DERED autorizado, caso expirado o referido prazo, a adotar as medidas previstas nas subseções III e IV da Seção III, do Capítulo X, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, bem como proceder, conforme estabelecido no Acordo de Cooperação firmado com o Instituto de Estudos de Protesto de Títulos



**ACÓRDÃO Nº195/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

do Brasil - Seção Amazonas - IEPTB/AM, ao encaminhamento do título executivo para protesto em nome do responsável;

**10.5. Determinar à origem**, nos termos do art. 188, §2º, do Regimento Interno/TCE-AM, que:

**10.5.1.** atenda as diligências desta Corte de Contas e ainda, que formalize, de acordo com a Lei Nº 8.666/93, os processos licitatórios realizados pela Unidade Gestora;

**10.5.2.** realize um melhor planejamento, para que não haja falta de medicamentos, equipamentos químicos, utensílios hospitalares, entre outros, evitando assim acarretar diversos vícios e ilegalidades, além da prestação de serviços de forma deficiente;

**10.5.3.** a Central de Medicamentos do Amazonas – CEMA, que atenda na íntegra as solicitações feitas pelas Unidades Gestoras, nos abastecimentos de medicamentos, equipamentos químicos, utensílios hospitalares, entre outros;

**10.5.4.** cumpra os prazos de remessas conforme estabelecido no art. 3º da Resolução Nº 05/09 c/c o art. 185, §2º, inciso III, alínea "a" da Resolução nº 04/2002 – RI/TCE E art. 29, §1º da Lei nº 2.423/96;

**10.5.5.** cesse a prática de pagamentos de indenizatórios não previstos em lei;

**10.5.6.** identifique os valores lançados no Balanço Patrimonial;

**10.5.7.** mantenha nas pastas funcionais, todas as Declarações de Bens, conforme determina o art. 13, §1º e §2º, da Lei nº 8.429/92 e art. 289, §1º e §2º, da Resolução nº 04/2002 – TCE;

**10.5.8.** solicite da SES-AM, que seja feito um levantamento de todos os Bens Patrimoniais por uma comissão nomeada e que sejam providenciadas as colocações das plaquetas com seus números tombos, de acordo com os artigos 92 e 94 da Lei nº 4.320/64;

**10.5.9.** observe, por último, que a reincidência, nas próximas Prestações de Contas, das determinações ora veiculadas, acarretará o julgamento da Irregularidade da respectiva Conta, conforme prevê a alínea "e" do inciso III do parágrafo 1º do art. 188 do Regimento



**ACÓRDÃO Nº195/2022– TCE–TRIBUNAL PLENO**

Interno/TCE-AM, bem como aplicação de multas nos termos do art. 54, inciso IV, alínea “b” c/c art. 22, §1º da Lei 2.423/96 (LOTCE/AM);

**10.6. Dar ciência à Sra. Marilsa Mathias Ferreira**, ficando autorizada a emissão de nova notificação à interessada, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

**10.7. Dar ciência ao Sr. José Mauro de Souza Miralha**, ficando autorizada a emissão de nova notificação ao interessado, caso a primeira seja frustrada. Ato contínuo, se, porventura, persistir a problemática, para não restarem dúvidas quanto à sua validade e eficácia, desde já autorizo a comunicação via edital, com fulcro no art. 97, da Resolução nº 04/2002;

**10.8. Dar ciência imediata do julgamento do processo ao Ministério Público do Estado do Amazonas.**

**11- Ata:** 7ª Sessão Ordinária– Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 8 de março de 2022.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente – não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Mario Manoel Coelho de Mello, Josué Cláudio de Souza Neto, Luiz Henrique Pereira Mendes (Convocado) e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**13.1. Auditor presente e Relator:** Alípio Reis Firmo Filho.

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Auditor-Relator

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral